A classificação final (CF) do candidato será obtida através da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PT(1)+RA(1)+PC(1)+RC(1)+PE(1)+E(2)}{7}$$

7 — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 64.º da Portaria n.º 695/95, de 30 de Janeiro, os candidatos devem apresentar sete exemplares do *curriculum vitae* até ao dia 10 de Janeiro.

8 — O júri terá a seguinte constituição:

a) Elementos efectivos:

Presidente — Prof.ª Doutora Isabel Pinto Ribeiro, directora do Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

Vogais:

Dr. Francisco Manuel Matias da Costa Santos, assistente graduado de medicina legal do quadro de pessoal do Instituto de Medicina Legal de Lisboa e orientador dos estágios dos internos em prova.

Prof.ª Doutora Teresa Maria Salgado de Magalhães, assistente graduada de medicina legal do quadro de pessoal do Instituto de Medicina Legal do Porto.

Dr.ª Maria Rita dos Santos Duarte Câmara Shanches, directora do serviço de clínica médico-legal do Instituto de Medicina Legal de Coimbra e assistente graduada de medicina legal do quadro do mesmo Instituto.

Dr.ª Maria da Conceição Garcia Andrade Firmo Moreira Cortesão, directora do serviço de tanatologia forense do Instituto de Medicina Legal de Coimbra e assistente graduada do quadro do mesmo Instituto.

b) Elementos suplentes:

Vogais:

Prof. Doutor Duarte Nuno Pessoa Vieira, director do Instituto de Medicina Legal de Coimbra.

Dr.ª Maria Fernanda Coutinho Rodrigues, assistente graduada de medicina legal do quadro de pessoal do Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

14 de Dezembro de 1999. — A Directora, *Isabel Pinto Ribeiro*.

Aviso n.º 746/2000 (2.ª série). — Anula-se o concurso aberto pelo aviso n.º 18 644/99 (2.ª série) — concurso interno de acesso misto na carreira de assistente administrativo para provimento de dois lugares da categoria de assistente administrativo principal, que, por lapso, foi publicado indevidamente.

22 de Dezembro de 1999. — A Administradora, *Ana Raposo*.

Despacho (extracto) n.º 1081/2000 (2.ª série). — Por despacho da administradora do Instituto de Medicina Legal de Lisboa de 9 de Novembro de 1999, foi autorizada a transferência, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, da técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social Maria Fernanda Martins Lameiras para idêntica categoria no quadro de pessoal do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, anexo à Portaria n.º 441/99, de 18 de Junho, ficando exonerada do lugar de origem a partir de 28 de Outubro de 1999.

14 de Dezembro de 1999. — A Administradora, *Ana Raposo*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 1082/2000 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Novembro de 1999 do presidente do Instituto de Reinserção Social:

Elisabete Cordeiro Duarte — contratada a termo certo, pelo período de seis meses, eventualmente renováveis, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 1999, para exercer funções correspondentes a

assistente administrativa no Colégio da Bela Vista. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Dezembro de 1999. — A Vice-Presidente, *Maria Filomena Mendes*.

Despacho (extracto) n.º 1083/2000 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 1999 do presidente do Instituto de Reinserção Social:

Manuel Virgílio Correia Favita — contratado a termo certo, pelo período de quatro meses, improrrogáveis, com efeitos a partir de 10 de Dezembro de 1999, para exercer funções correspondentes a auxiliar técnico de educação no Colégio de Vila Fernando. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 1999. — A Vice-Presidente, *Maria Filomena Mendes*.

Despacho (extracto) n.º 1084/2000 (2.ª série). — Por despachos de 9 de Dezembro de 1999 do presidente do Instituto de Reinserção Social:

Eunice da Conceição Ferreira Martins Leal de Lima, contratada a termo certo para exercer funções correspondentes a auxiliar técnica de educação no Colégio da Infanta — rescindido o contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 19 de Dezembro de 1999.

Isabel Cristina Guerreiro Sequeira Gaspar, contratada a termo certo para exercer funções correspondentes a auxiliar técnica de educação no Colégio Navarro de Paiva — rescindido o contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 12 de Novembro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 1999. — A Vice-Presidente, *Maria Filomena Mendes*.

Rectificação n.º 105/2000. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 274, de 24 de Novembro de 1999, o despacho (extracto) n.º 22 796/99 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «integrada no quadro deste Instituto» deve ler-se «integrada no quadro deste Instituto, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 1999». (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 1999. — A Vice-Presidente, *Maria Filomena Mendes*.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 50/2000. — O Decreto-Lei n.º 357/93, de 14 de Outubro, veio garantir ao pessoal do quadro dos serviços públicos do território de Macau a possibilidade de integração nos serviços da República Portuguesa com atribuições de natureza semelhante, definindo os termos dessa integração.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 89-C/98, de 13 de Abril, determina que os funcionários de justiça oriundos do território de Macau, a quem foi reconhecido esse direito, são integrados num quadro transitório criado junto da Direcção-Geral dos Serviços Judiciários;

Considerando que se encontra já em situação de ser integrado nos serviços da Administração Pública Portuguesa um funcionário do quadro do Tribunal de Competência Genérica;

Determina-se:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 357/93, de 14 de Outubro, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-C/98, de 13 de Abril, é integrado no quadro transitório da Direcção-Geral dos Serviços Judiciários o seguinte funcionário da Administração Pública de Macau:

Nome	Carreira	Categoria	Escala e índice
Adelino Xavier de Sousa	Oficial de justiça	Escriturário judicial definitivo	5.º/360

25 de Novembro de 1999. — Pelo Ministro da Justiça, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça. — Pelo Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, *Alexandre António Cantigas Rosa*, Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa.